

CAPÍTULO 9

FORMAS DE POVOAMENTO, CONTINUIDADES E RUPTURAS DA IDADE DO FERRO À ÉPOCA MEDIEVAL NA REGIÃO DE VILA REAL

SUSANA RODRIGUES COSME*

1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho procura-se abordar e compreender as formas de povoamento, suas continuidades e rupturas, num espaço geográfico limitado ainda que com uma grande amplitude temporal.

A cronologia deste trabalho vai desde a Idade do Ferro, passando pela Época Romana, até ao Período Medieval: dos *populi* indígenas que habitavam os *castella* ou castros (500 a.C. à 2.^a metade do século I a.C.) aos *populi* romanos com as suas *civitates*, *vici* e *villae* (I a.C.-VI d.C.), as paróquias suévico-visigóticas (VII-IX), os castelos e as *civitates* da reconquista (sécs. IX-X), os castelos e as terras (sécs. XI-XII) e as vilas fortificadas (XIII-XIV).

O âmbito geográfico deste estudo insere-se no território compreendido a Sul pelo rio Douro, a Norte pela Serra de Falperra, a Este pelo rio Pinhão e Serra da Preta e a Oeste pelas Serras do Marão e Alvão (Martins, Lemos e Pérez Losada 2005, p. 283). Esta ideia define uma unidade geográfica com características comuns às unidades de povoamento na diacronia cronológica considerada.

Aborda-se também o exemplo da Vila Velha, freguesia de S. Dinis, concelho de Vila Real com ocupação desde o 1.^o milénio a.C. até aos nossos dias.

Os dados que se apresentam referem-se aos trabalhos e estudos realizados nas 4 primeiras fases da intervenção arqueológica realizada pela empresa de arqueologia “Ricardo Teixeira & Victor Fonseca – Arqueologia e Património, Lda” para a POLIS de Vila Real, e dirigidos pela autora entre 2002 e 2004. As fotografias da escavação são da autora e as dos materiais de Teresa Silva, parte integrante do trabalho para a referida empresa.

2. O POVOAMENTO NA IDADE DO FERRO

Na zona geográfica que foi estudada, pretendeu-se saber que *populi* habitaram os vários *castella* detectados na região (Mapa 2).

Estes castros são essencialmente povoados de altura, fortificados, cuja implantação obedeceu a critérios estratégicos de defesa, localizados ao longo de rios em meios favoráveis a actividades agro-pecuárias e ao aproveitamento dos recursos marítimos e fluviais (Silva e Varela 1992).

De entre estes castros destacam-se os povoados centrais, pelas suas características políticas, sociais, económicas e/ou religiosas; gozam de autonomia em relação ao *populus* de que faziam parte, embora subordinados ao povoado central. Na zona em estudo não foram encontradas inscrições que nos pudessem elucidar sobre o povo que aqui habitou, no entanto, há autores que consideram que o povo *LAPITEAS*, que surge no santuário rupestre de Panóias, seria indígena.

São conhecidos da literatura vários povoados, principalmente de altura, com vestígios de ocupação da Idade do Ferro: o de Abaças, freguesia de Abaças; o de Arnadelo, freguesia da Torgueda; o de S. Tomé do Castelo, freguesia de S. Tomé do Castelo; o da Ponte, freguesia de Mouços; o de Lameses, freguesia de Lameses; o de Ludares, freguesia de Vale de Nogueiras; o de Folhadela, freguesia de Folhadela; o de Agarez, freguesia de Vila Marim; o de Benagouro, freguesia de Vilarinho da Samardã; o de Vilarinho da Samardã, freguesia de Vilarinho da Samardã; o de Galegos, freguesia de Vale de Nogueiras (Ervedosa 1991) e o de Vila Velha, freguesia de Vila Real (Cosme 2005).

Para além destes povoados destacamos ainda locais onde foram exumados materiais isolados de cronologia associada aos mesmos: na Quinta da Malhada, freguesia de Campeã foi encontrado um colar articulado; em Guiães, freguesia de Abaças foram recolhidos uma taça e um bracelete. Não se sabe qual destes povoados ou outro desconhecido seria capital de *populus*, pois à excepção da Vila Velha, nenhum outro sítio aqui referenciado foi objecto de uma intervenção arqueológica.

3. O POVOAMENTO NA ÉPOCA ROMANA

Em relação à Época Romana parece ser ponto assente, até ao momento, terem aqui habitado os *Lapiteas*, segundo inscrição existente no santuário rupestre de Panóias (século II/III d.C.). A capital deste povo seria no lugar de Assento, freguesia de Vale de Nogueiras, tese defendida por vários autores sem no entanto se saber a sua denominação em Época Romana.

O território dos *Lapiteas*, no que diz respeito ao povoamento, é muito pouco conhecido, visto não existirem trabalhos de prospecção sistemática, nem intervenções arqueológicas para esta zona. O que se conhece centra-se no santuário rupestre de Panóias, em troços de calçadas, por alguma epigrafia e achados isolados de material arqueológico em povoados já ocupados na Idade do Ferro ou em campos de cultivo nem sempre bem localizados.

Sendo assim, optou-se seguir as referências que o padre de Vale de Nogueiras, Dr. António Rodrigues Aguiar, deixou escritas na *Relação de Villa Real e seu Termo em 1722* (Sousa e Gonçalves 1987, 2.º vol.) e os trabalhos mais recentes de recolha de dados e prospecção de Carlos Ervedosa e de João Parente.

O povoado de Abaças, freguesia de Abaças

“Distante deste lugar de Abaças, hum tiro de mozquete, está hum monte bem levantado, a que chamão o Crasto, e no cume delle se acham ruínas de edificios que mostrão haver sido povoação, e se tem por certo ser habitaçam dos romanos, porque entre aquellas ruínas se tem achado e acham thezouros de dinheiro de cobre, que tem cada moeda, de huma parte, huma figura que se prezume ser do emperador que a mandou bater, e

da outra feitio como escudo de armos, digo, de armas, e algumas letras que no ambito dellas se descobrirão, dizem os naturais, se lia «Romanorum», mas não há noticia alguma do nome de tal povoação.» (Sousa e Gonçalves 1987, p. 404-405).

Crasto, freguesia de São Miguel de Poiares

«No districto desta freguezia há hum sitio chamado o **Crasto**, aonde está hum oiteiro, e nelle huma cerca a que chamão o Muro, que mostra foi fortaleza pelos vestígios que nele se acham. Neste sitio se tem achado grandes pedras de mármore, que inculcam ser de algum grande edificio, porque a que há naquellas terras he lousinha, e desta com argamaço forão fabricadas as ditas muralhas.» (Sousa e Gonçalves 1987, p. 395-396).

Fonte do Milho, freguesia de São Miguel de Poiares

«No sitio da **fonte do milho** se acham semelhantes ruínas de outro muro adonde se tem descoberto muitos picaveques, tijollose algumas cazas subterraneas; e hum e outro sitio he tradição antiga foram fortalezas de mouros se não fossem já fabricadas pelos romanos antes da entrada dos mouros; porque disso nam há opiniam certa.» (Sousa e Gonçalves 1987, p. 395-396).

Torre, freguesia de São João de Covas

«Pouco distante deste lugar de Covas, mas dentro deste sitio ou lemite desta freguezia de Sam João de Covas, há um sitio chamada da **Torre**, em que se vem as ruínas de dous castellos, que por suspeitas antigas, ou pre-zunções se entende fora da fortaleza de mouros. Nelle tem aparecido algumas moedas, com variedade, tendo humas de huma parte cara varonil, e da outra feminina, e outras a tem somente de huma parte, e tem suas letras das de impressão, que sam bem feitas, mas por gastadas, algumas se enforma que não se podião ler.» (Sousa e Gonçalves 1987, p. 416).

Castelo de Fortunho, freguesia de São Tomé do Castelo

«Esta freguezia tomou o nome de hum monte redondo e empinado, que por toda a circunferência se sobe com igualdade, e no alto deste está hum rochedo de penedia, por obra da natureza, formado de tal maneira que parece um castello, e se lhe chama o **Castello de Fortunho**, de que a freguezia se denomina S. Thomé do Castello, e no fundo do dito monte está uma capella de invocação de S. Sebastiam e de S. Cristóvão, adonde vay huma procissão de rogações da mesma igreja, das 3 que se fazem na segunda oitava do Espírito Santo, o qual rochedo, por ter a altura de um castello, há tradição que nas antiguidades foi fortaleza, e se comprova esta porque no alto delle, aonde alguns rapazes tem subido, e acham nelle pedaços de tijolo e telha, e na baixa do monte, para poente, se tem descoberto porta de cantaria como de estrada encuberta, em direitura ao rio Corgo, que fica pela parte de baixo.» (Sousa e Gonçalves 1987, p. 484).

Povoado de Assento, freguesia de São Pedro de Vale de Nogueiras

«Neste lugar do **Assento**, em que se acha a dita igreja de S. Pedro de valnogueiras, he tradiçam antiga foi cidade no tempo dos romanos, e também dos mouros, e pela mesma tradição conta se chamava a cidade de Panoyas, e sendo Constantim villa, que agora é lugar deste termo e todas as povoações que eram da sua jurisdição se chamavão de Panoyas; como fica declarado na freguezia retro proxime.» (Sousa e Gonçalves 1987, p. 507).

«No lugar de **Assento** desta igreja he tradição antiga e antiquíssima que fora cidade notável, em que habitaram os romanos antes do nascimento de Christo Senhor Nosso, e que esta cidade era cabeça nam so dos lugares do termo desta Villa Real...» (Sousa e Gonçalves 1987, p. 519).

«No mesmo lugar do **Assento** desta igreja há varias paredes e muragalhos, que toram parte da terra, com prejuízo dos moradores, por serem grande copia, e representação ser pedra de entulho de edificios, e alguma

tradiçam há que a pedra dos grandes edificios desta cidade se conduzio para esta Villa Real, para a obra dos muros della, por nam ficar em mais distancia do que tres quartos de legoa; e os lavradores, lavrando ahi suas terras, arrancam com seus arados, do centro dellas muitas pedras lavradas de frizos, e outros diferentes feittos, como também telhas, tejollos e telhoens, tudo de barro encarnado, e muito fino, que hoje não há por estas partes, e nas paredes da igreja e torreão dos sinos, cazas e outras paredes se acham metidos nellas bazes, chapiteis, pedaços de colunas redondas, frizos, entabolamentos, canos, e outras muitas obras, tudo de pedra mármore bem feita e bem lavrada, e também alguns pedaços de colunas e outras pedras de jaspe, e outros de pedra de gram muy meuda, e tam fina, como assucar, cijas castas de pedras não há por estas terras, excepto as que vem por mar.» (Sousa e Gonçalves 1987, p. 520).

«Nas cazas da residência do reytor desta igreja, que ficam nas costas della, se acham medidas nas paredes pedras com alguns letreiros, que pella forma com estam assentadas, mostram serem ali postas por fazer parte e nam por cauza dos ditos letreiros, mas antes se entende serem pedras que estivessem em outros edificios, e naquelle estão postos em diversas partes, em hum se le = = = Modestio = = em outro = = = = Aureche = = = = e em outro = = = = Milia Estibit = = = = e nada mais. E nas fragas vezinhas se achão muitas sepulturas abertas em fragas maciças, com cabeça e hombros, que representam corpo humano defunto.» (Sousa e Gonçalves 1987, p. 520-521).

Santuário rupestre de Panóias, freguesia de São Pedro de Vale de Nogueiras

«Entre o lugar do Assento, desta igreja, e a honra de Gallegos, fica hum monte pouco levantado, que da trazeira da igreja, hindo para o nascente, fica em distancia de tiro de espingarda, em que o qual há muitas fragas, com suas caixas abertas ao pico de varias formas, com tradição de que foram obra dos romanos, e em huma dellas se acham alguns letreiros, porem diminutos em algumas letras por as terem consumido o tempo; mas as que acharão vam copiadas assim, e de maneira que se acharam gravadas, e aonde faltas em branco; e toda a mais obra que se achou feita vay debuchada verdadeiramente devizadas pelo A, B, C, e se começa com a estampa do primeiro fragam, que se Ségur por ser o maior, mais levantado e mais vezinho ao sitio da igreja, cujas formas vão em todas as estampas explicadas por números.» (Sousa e Gonçalves 1987, p. 508).

O santuário rupestre de Panóias, localiza-se na freguesia de Vale de Nogueiras e é dedicado ao deus Serápis, datado do séc. III d.C. (Rodríguez Colmenero 1987; Alarcão 1988).

Sítio do Paço, freguesia de São Pedro de Nogueira

«Na vezinhança deste lugar de Nogueira, para a parte do Norte, junto da estrada que vem para Vila Real, esta hum sitio a que chamam o Val do Paço, com vestígios de huma cazaria, em que se acham tijollos de barro vermelho, e achou hahi hum moinho de mam, de pedra mármore, que nam produs a terra, e em huma fraga que está no mesmo sitio, se acham 4 letras da forma seguinte = = = = R V L A.» (Sousa e Gonçalves 1987, p. 524).

Povoado de Arnadello, freguesia de São Salvador de Torgueda

«O lugar de Arnadello tem 42 moradores, e fica mais alto he seco por não ter mais que huma fonte fora do lugar, que só da agoa para o precizo da caza de cada hum. Este lugar, no tempo que os mouros hebitarão neste Reyno, foi cidade chamada ARVERIM, de que ainda se vem algumas ruínas, sendo que a maior parte está reduzida a cultura; nella tiverão hum grande castello no alto de hum monte, de que ainda estão patentes os alicerces das muralhas delle, e tudo dentro sam ruínas, ...» (Sousa e Gonçalves 1987, p. 536-537).

Povoado da Cidade, freguesia de Santa Maria de Adoufe

«Defronte deste sitio (*Mão do Homem*), hum tiro de balla de espingarda da parte de baixo de mesma estrada, junto ao rio Corgo que por ahí passa, está, hum altozinho, que faz hum grande despenhadeiro para o dito rio, para o qual se desce da parte do nascente, cujo sitio no alto desta eminência se chama **cividad**, e nelle se vem ruínas e alicerces de muralhas, e de outros edificios; e há tradição que ali fora cidade no tempo dos romanos, e dentro da circunferencia das muralhas se achão dinheiros, principalmente para a parede do norte, cavandosse em qualquer parte se acha moeda que se prezume de cobre, a modo dos ceitis, dos que neste reino antigamente fazião hum real, mas tão carcomidos e gastados do tempo, que se não descobre feitiõ algum, e se desfazem entre as mãos, e se costumão achar em quantidade e a pouco escavar.» (Sousa e Gonçalves 1987, p. 563-564).

De acordo com o transcrito, parece ser ponto assente que o *populus* desta zona era o *LAPIDEAS*, e a sede da *civitas* correspondente situar-se-ia no lugar de Assento, Vale de Nogueiras, tendo em conta as descrições de António Rodrigues Aguiar, na *Rellação de Villa Real e seu Termo em 1722* e a proximidade do santuário rupestre de Panóias.

A Vila Velha também teve ocupação romana, comprovada apenas pela presença de material arqueológico e por um pequeno fragmento de muro.

4. A PARÓQUIA SUÉVICO-VISIGÓTICA

A organização eclesiástica das comunidades durante a Alta Idade Média sobrepõe-se à do próprio império, estabelecendo paróquias nas velhas *civitates* e estendendo o seu domínio pelo seu território. “Pannonias” surge como “paroécia” (paróquia) sueva no Paroquial Suevo. De referir que o nome Panóias (“Pannonias”, “Panoyas”) apenas surge em documentação a partir desta época. Não se sabe, no entanto, onde se localizava a igreja que presidia a esta paróquia, nem se pode afirmar se a sede civil e paroquial coincidiam.

De referir a inscrição *MILIA ESTIBIT*, na residência paroquial do lugar de Assento, Vale de Nogueiras (Sousa e Gonçalves 1987, p. 520-521), para a qual nenhum autor refere datação; Argote (1732) não entendeu o seu significado e sugere que seja o nome de uma povoação referida nos Fragmentos do Concílio Lucense, que poderá ter sido uma paróquia pertencente à Sé de Braga; no entanto, Almeida Fernandes (1997, p. 56) situa *Milia* em Sanfins de Ferreira, não por aí se ter detectado alguma inscrição com essa designação mas pela derivação onomástica. O mesmo autor classifica Panóias como um *pagus* e diz que nenhuma outra paróquia se pode identificar nele (Fernandes 1997, p. 62). Casimiro Torres refere *Milia* como paróquia Bracarense e Panóias como um distrito (*pagus*), sem no entanto referir a localização actual de nenhum destes sítios (Torres 1977, p. 280).

Poderia nessa altura Panóias já ser considerada um espaço administrativo e ter como paróquia em época suévico-visigótica *Milia* no lugar de Assento, sítio que se pensa ter sido capital de *civitas* romana?

5. A “TERRA”

A terra de Panóias, nos séculos XI e XII existia como região administrativa, militar e eclesiástica, em que o poder sobre as terras e sobre os homens era exercido essencialmente a partir dos castelos; encontrava-se situada na margem norte do Douro e genericamente compreendida entre a serra do Marão e o rio Tua. É provável que se tenha desenvolvido a partir da paróquia suévica de *Pannonias*, que alguns autores pretendem ver no lugar de Assento, onde ainda hoje se conserva o topónimo de Panóias, junto do conhecido santuário rupestre romano das Fragas de Panóias. No entanto, não há referências, ao lugar da igreja medieval, sede desta paróquia. De mencionar ainda que neste período as paróquias deixaram de coincidir com a área territorial das *civitates* romanas e passaram a coincidir com a área das vilas medievais. Passaram então a existir várias paróquias dentro do território da *terra*.

A Carta de Foral de *Constantim de Pannoiias* foi atribuída pelo Conde D. Henrique, um foral concelhio do tipo “burgo” em 1086 e confirmada por D. Afonso Henriques em 1128. E embora tenham sido atribuídos forais a outras localidades como Souto, por D. Sancho em 1196 e Sangunhedo em 1225, parece unânime a todos os autores que Constantim se tornou “cabeça de terra” de Panóias. Era o seu centro judicial mas, principalmente, o seu centro económico. Para tudo isto, muito contribuiu a sua localização junto a boas vias de comunicação e perto da *velha* Panóias.

Ricardo Teixeira (2001, p. 4) considera que «(...) seria certamente um habitat aberto e estreitamente ligado à rede viária». A feira fez de Constantim um dos pólos aglutinadores desta zona do reino. São várias as referências à feira de Constantim e principalmente às medidas aí usadas. Assim:

- 1 – No foral de Celeirós em 1160, encontram-se referências à teleiga e à quarta, medidas da *feyra de Constantim*;
- 2 – No foral de Alijó em 1226, são mencionados os réditos fiscais do concelho que seriam pagos, anualmente, na *villa da Feira de Constantim*, na presença do juiz de Panóias;
- 3 – Em 1269, no novo foral àquela vila, o imposto anual foi elevado para 70 morabitanos *quales currerint in terra de feyra de Constantim*;
- 4 – No foral concedido a Favaios, em 1270, estabeleceu-se a contribuição anual de 20 morabitanos, dos correntes *in terra de feyra de Constantim*, voltando a ser referida no segundo foral atribuído a esta vila em 1284.

Com estas e outras referências confirma-se a importância da feira de Constantim e da própria localidade na economia da região.

Se este tema é consensual para os investigadores, já as hipóteses levantadas sobre o termo “feira” fazer parte do topónimo da localidade, levanta dúvidas. Fernando Gonçalves

é de opinião que o termo Feira de Constantim apenas significava «(...) ser aquela povoação a sede administrativa e judicial da *terra de Panóias*, e que, por tal, estabelecia os padrões das medidas e moeda utilizadas na região» (Gonçalves 1987, p. 22).

Se o centro administrativo, judicial e económico se encontrava em Constantim, o centro militar da Terra de Panóias segundo Ricardo Teixeira «(...) centrava-se numa estrutura castelar que se erguia numa zona planáltica desviada para NO, exercendo o seu domínio sobre o vale do rio Corgo. Esta localização do castelo que presidiu à Terra de Panóias, situada numa zona periférica e descentrada da área nuclear do território, num espaço que parece corresponder também a uma mancha menos densamente povoada, só parece explicar-se por questões estratégicas relacionadas com o controlo dos grandes eixos de circulação da “Reconquista”» (Teixeira 2001, p. 5).

Ricardo Teixeira sugere como possível cabeça militar da terra de Panóias, o Castelo de S. Cristóvão que se ergue no alto de um destacado morro roqueiro, de forma cónica, que domina um trecho significativo do vale do rio Corgo. Como refere o autor após trabalhos de prospecção no local: «Na plataforma superior, aplanada, notam-se alguns entalhes de assentamento de estruturas no afloramento granítico e restam ainda alguns silhares da sua construção integrados em muros de suporte recentes». Ainda segundo o mesmo autor, «Infelizmente este espaço foi muito transformado por construções e arranjos relacionados com a pequena capela aí existente e o respectivo caminho de acesso, nada mais restando que permita reconhecer a estrutura da construção. Em toda esta área recolhem-se abundantes fragmentos de característica cerâmica medieval, predominantemente de cozedura redutora e com aplicações de cordões decorados» (Teixeira 2001, p. 5-6).

Juntamente com este e outros castelos roqueiros, as casas e torres senhoriais também faziam parte destas “estratégias da Reconquista”. Delas destacamos a Torre de Quintela, construída no reinado de D. Afonso III numa veiga fértil e com boa visibilidade para os campos e perto da via que seguia para Braga e para o Porto. Esta torre serviu de residência a muitas famílias nobres durante toda a Idade Média.

No século XIII, apesar da feira de Constantim continuar a ser mencionada, assiste-se ao declínio da povoação e aos esforços dos monarcas de criarem uma nova vila que servisse de capital à terra de Panóias.

6. A “VILA”

A fundação de Vila Real no reinado de D. Dinis, nos finais do século XIII, culmina num longo processo iniciado por D. Sancho II, que visava a constituição de um centro urbano como cabeça da Terra de Panóias.

O processo pôs fim ao sistema, predominante nos séculos XI e XII, em que o poder sobre as terras e sobre os homens fora exercido essencialmente a partir dos castelos. Repre-

sentando a implantação de uma nova organização do território, a fundação de Vila Real, no sítio actualmente conhecido por “Vila Velha”, teve também profundas implicações na forma de conceber o habitat e a distribuição das populações neste espaço regional.

A primeira tentativa para a fundação de “Vila Real” data do reinado de D. Sancho II, com o objectivo de agregar “numa unidade municipal os concelhos rudimentares ou incompletos e a população solta daquele distrito”. Esta tentativa não passou disso mesmo. A Póvoa da Ponte de Panóias, como seria chamada essa localidade, não vingou como referem testemunhas inquiridas em 1258.

A sua localização é atribuída a um outeiro sobranceiro ao rio Corgo, próximo da igreja da Senhora de Guadalupe e da actual aldeia da Ponte, na freguesia de Mouços. João D’Azevedo refere mesmo que ali já existiria povoamento anterior, de época romana e que “...na capella apparecem muitos vestígios árabes.” (Azevedo 1890, p. 17).

A 7 de Dezembro de 1272, D. Afonso III, concedeu carta de foro para povoamento de Villa Real da Terra de Panoyas, que não surtiu o efeito desejado, pois as exigências de rendas altas não atraíram a população.

Assim, a 4 de Janeiro de 1289, D. Dinis, passa nova carta de foro a Vila Real, donde se destaca: o número elevado de povoadores a que o rei aspirava para a sua nova vila, o facto de que o caminho que seguia de Panóias a Amarante, passaria daí em diante por Vila Real, o que quer dizer que antes não passava; e pela primeira vez é escrito que Vila Real seria cabeça de toda a *terra* de Panóias.

Pela documentação, parece que ainda não foi através deste foral que Vila Real vingou, pois a população decide enviar a 11 de Novembro de 1292, uma delegação ao rei fazendo exigências e críticas ao referido foral; integram-se também os abades de Mouços e Sanfins, o que nos faz crer que Vila Real, a esta data, ainda não teria igreja nem por conseguinte abade, pois se tivesse era compreensível que se fizesse representar.

Após a recepção desta delegação, o rei D. Dinis mostra o seu interesse no povoamento e organização político-administrativa desta região ao passar nova carta de foral a 24 de Fevereiro de 1293.

Deste novo foral destaca-se:

- 1 – A redução do número de povoadores para 500, metade do exigido no foral anterior;
- 2 – O facto do rei se referir ao “Castelo” de Vila Real, por diversas vezes e quase no fim do diploma fazer referência a “...e eu devo fazer o muro da vila bõa e cerca la toda”;
- 3 – O facto de ter passado o poder judicial de Constantim para Vila Real.

Este último ponto vai trazer vários conflitos entre as duas localidades mas acaba por ser a principal medida impulsionadora da criação de Vila Real, dotando-a de uma organi-

zação municipal e principalmente judicial. É a partir deste foral que se pode considerar com toda a segurança a criação de Vila Real.

É de salientar o ponto 2 em vários aspectos. A razão pela qual o rei chama “castelo de Vila Real” se nem povoadores ainda tinha. Seria apenas pela sua localização, um promontório entre rios com escarpas naturais que faziam do local um espaço protegido por natureza à excepção da sua vertente Norte? Ou existiriam estruturas de casas ou muralhas de uma ocupação anterior do local? Se não existiam, haveria a memória colectiva de tal facto ter acontecido que levasse o monarca a referir-se ao Castelo de Vila Real em 1293?

O que é um facto, é que locais com ocupação anterior são conhecidos por este topónimo e que o rei D. Dinis o atribui a esta vila em formação.

A segunda parte da referência do rei ao dizer que: “*eu devo fazer o muro da vila bõa e cerca la toda*”, levanta várias questões. Será que o rei se referia a *vila bõa* ou a *muro (muralha) bõa*? Haveria alguma má? “*Cerca la toda*”. Estaria ela parcialmente cercada?

São questões pertinentes que pensamos poder ver esclarecidas em parte no decorrer deste pequeno texto, com a divulgação dos dados arqueológicos da recente intervenção aqui levada a cabo. De qualquer forma, a escolha de locais amuralhados de antigos povoados proto-históricos para implantar na Idade Média, muitas das vilas novas fortificadas, é bastante comum.



Fig. 1: Vista aérea da Vila Velha.

7. A INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA NA VILA VELHA (Fig. 1)

7.1. Idade do Ferro

Em relação às estruturas detectadas com cronologia da Idade do Ferro, podem-se referir: uma casa redonda na sondagem 4 (Fig. 2), lareiras na sondagem 1, 4 e 6 (Fig. 3), grelhas de forno na sondagem 4 e 6 e vestígios de muralha na sondagem 25 (Fig. 4).

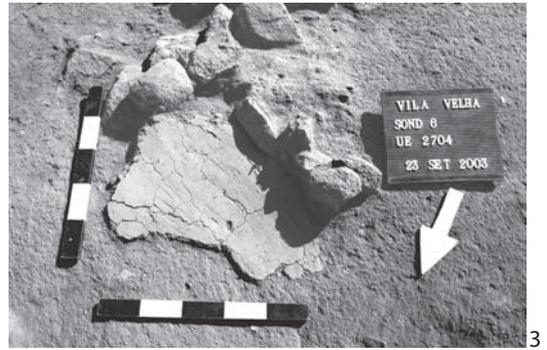


Fig. 2: Estrutura da Idade do Ferro.

Fig. 3: Lareira da Idade do Ferro.

Fig. 4: Muralha da Idade do Ferro.

Em relação ao espólio foram exumadas sementes junto a algumas lareiras, até ao momento não analisadas, e cerâmicas feitas à mão apresentando muita mica como desengordurante. As cerâmicas são atribuíveis à Segunda Fase B, isto é, têm uma amplitude cronológica do séc. VII a.C. ao séc. V a.C., mas que podem chegar até ao séc. II a.C. Algumas apresentam como acabamento, um alisamento feito com um pano. Em termos de decoração aparecem os brunidos, os estampilhados de círculos concêntricos, e puncionamentos, mamilos, incisões, etc. (Fig. 5). As formas mais comuns são as panelas de cozinha, apresentando algumas ainda restos de terem ido ao fogo. Na sua maioria são cerâmicas cozidas em forno oxidante, no entanto, existem alguns fragmentos que apresentam características de uma cozedura em forno redutor. Surgem também peças atribuídas a uma fase final da Idade do Ferro com cerâmicas revelando indícios de uso do torno baixo.



Fig. 5: Cerâmica da Idade do Ferro.

Foram também detectados fragmentos de grelha de forno, na sondagem 4 na primeira fase dos trabalhos, e na sondagem 6 da terceira fase.

Ainda da Idade do Ferro foram exumados cossoiros e contas de colar.

7.2. Época Romana

A sondagem 6 mostrou um alicerce de um muro com apenas uma fiada de pedras e com um comprimento muito reduzido de características construtivas romanas (Fig. 6). Pela sua reduzida dimensão e por ter sido o único vestígio de estrutura desta época não podemos afirmar que a Vila Velha teve uma ocupação importante nesta época.

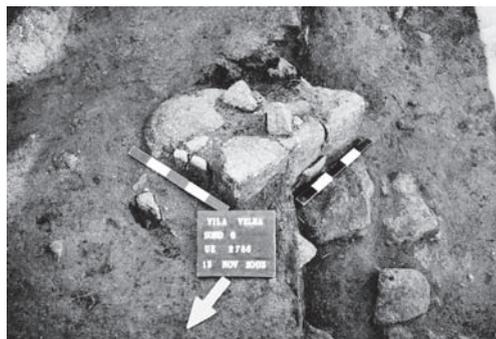


Fig. 6: Muro de Época Romana.

Os materiais exumados embora abundantes, não surgiram em níveis de ocupação mas em camadas estratégicas de nivelamento para a construção das estruturas de Época Medieval. Foram exumadas cerâmicas comuns (Fig. 7), *sigillatae*, cerâmicas de construção, vidros, numismas e contas de colar.



Fig. 7: Cerâmica de Época Romana.

Tudo isto permite colocar a hipótese da existência de algum tipo de povoamento neste local, provavelmente arrasado aquando da ocupação medieval.

7.3. Época Medieval

Do período medieval foram detectados vários troços da cerca, estruturas habitacionais, arruamentos e materiais arqueológicos.

Em relação à muralha foi possível ter uma melhor compreensão logo na primeira fase dos trabalhos. A sondagem 8 foi implantada junto à face interior da cerca na vertente Oeste e os resultados permitiram pôr a descoberto as suas fundações assentes na rocha-base (gra-

nito) com duas fiadas de embasamento mais salientes. No entanto, não foi possível detectar a sua vala de fundação, visto as camadas estratigráficas encostarem à muralha e terem sofrido ao longo dos anos grandes revolvimentos devido à actividade agrícola. Os trabalhos realizados permitiram conhecer o aparelho da muralha, constituído por silhares graníticos, bem aparelhados, refeito ao longo dos anos, não tendo sido detectadas siglas.

Novas informações sobre a muralha medieval foram registadas na sondagem 15, localizada junto à Porta Franca, na mesma vertente Oeste. Verificou-se mais uma vez que foi assente em rocha granítica, embora esta zona tenha sofrido grandes alterações ao nível do seu aparelho. Foram também encontrados vestígios de uma torre adossada à muralha.

Na sondagem 25, localizada também na vertente Oeste mas a Norte da Porta Franca e no alinhamento da cerca medieval, foi detectada uma muralha da Idade do Ferro como já foi referido.

A sondagem 1 foi uma revelação, visto na primeira fase se ter aberto uma área de 20 m² onde se puderam observar umas pedras de grandes dimensões cuja funcionalidade não foi possível apurar. Na 3.^a fase verificou-se que as mesmas pertenciam aos alicerces da muralha medieval, e para além do troço de muralha, foi ainda descoberta uma torre adossada à cerca e suas valas de fundação. Estes achados vieram revelar as Portas da Vila tão faladas entre os vila-realenses e foi por isso, pela sua importância, que foi realizada uma quarta fase de trabalhos para confirmar estes dados e serem uma mais valia para o projecto de recuperação urbanística, nesta zona da Vila Velha.

A quarta fase dos trabalhos veio reforçar os dados da terceira. Estamos perante um troço de muralha com uma torre rectangular adossada a Este (Fig. 8), e para Oeste foi detectada a planta de outra torre, da qual não foi possível detectar qualquer silhar, pois a rocha encontra-se completamente “rapada”.

Como já foi referido, as portas principais de acesso à Vila Velha eram conhecidas como as Portas da Vila, demolidas em 1873; sabia-se que eram as portas viradas a Norte mas não se conhecia a sua localização exacta, tendo sido detectadas na sondagem 1.

Na vertente Oeste ficava a Porta Franca, onde foram realizadas duas sondagens: uma a Sul da Porta a sondagem 15, e outra a Norte a sondagem 23.

Na sondagem 15 viam-se algumas interfaces escavadas na rocha antes dos trabalhos arqueológicos, o que levou à sua abertura para confirmar a existência desta torre. Para além destas, foram ainda detectadas outras interfaces e alguns silhares do embasamento da torre com uma planta quadrangular.



Fig. 8: Torre Este das Portas da Vila.

Na sondagem 23 não foi encontrada nenhuma torre, embora se tenha deparado com um piso rochoso com vestígios de ter sido usado como calçada da Ruela, bem como o negativo do silhar e encaixe do tronco que fazia rodar a porta desta importante entrada na Vila Velha.

Há algumas referências a uma Porta virada a Sul, o que não se verificou, embora se tenham realizado duas sondagens nesta vertente.

Da Rua Direita foram encontrados vestígios na sondagem 6, sondagem 17 e na sondagem 1. Esta rua vinha das Portas da Vila em direcção à igreja que se encontra dentro do cemitério.

Na sondagem 1 apareceram vestígios da Rua de Trás-dos-Muros. Esta rua saía da Rua Direita junto às portas da Vila e contornava a muralha na sua vertente Este.

A Vuela da Porta Franca saía da Rua Direita em direcção à Porta Franca aberta na vertente Oeste da Muralha.

Foram exumados materiais cerâmicos (Fig. 9), vidros, numismas e peças metálicas.



Fig. 9: Cerâmica Medieval "Tipo Braga".

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deste trabalho pode concluir-se que falta um estudo de base de prospecção sistemática para esta área geográfica, bem como intervenções arqueológicas em locais-chave, como o Santuário Rupestre de Panóias, no lugar de Assento, nomeadamente junto à capela de São Pedro de Vale de Nogueiras e no Castelo de São Cristóvão. Estes locais são essenciais para o esclarecimento das dúvidas que foram levantadas.

Ainda assim, pode-se afirmar que esta área geográfica constituiu uma unidade política, administrativa e religiosa ao longo da amplitude cronológica que foi proposta para estudo, com uns pequenos alargamentos em época medieval para Este. Esta área teve o seu lugar central sempre à volta de Vila Real, embora apenas na Idade Média tenha surgido documentação que o comprove.

Somente na Vila Velha foi possível verificar através de intervenção arqueológica, uma continuidade de povoamento desde a Idade do Ferro à Época Medieval (o povoamento na Vila Velha foi documentado em escavação, desde a Idade do Bronze aos nossos dias, embora este estudo se tenha centrado na Idade do Ferro, Época Romana e Época Medieval), se bem que pela prospecção se verificou que outros povoados também foram objecto de uma continuidade de povoamento. As rupturas de povoamento centram-se mais na localização da sua sede administrativa do que no tipo de alteração do seu território ou na alteração de locais de povoamento.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. (1988) – *O Domínio Romano em Portugal*. Lisboa: Publicações Europa América.
- ALMEIDA, C. A. F. de (1992) – Murallas Românicas e Cercas Góticas de algumas cidades do centro e norte de Portugal. A sua lição para a dinâmica urbana de então. In *Cidades e História. Ciclo de conferências promovido pelo Serviço de Belas-Artes em Novembro de 1987*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. p. 137-141.
- AZEVEDO, J. A. A. D' (1899) – Origens de Villa Real – (Protohistoria Portuguesa). In «*Separata do Instituto*». Coimbra: Imprensa da Universidade.
- CHORÃO, M. J. M. B. (1990) – *Os Forais de D. Manuel 1496-1520*. Lisboa: A.N.T.T.
- COSME, S. R. (2005) – Intervenção arqueológica na Vila Velha em Vila Real: a vila medieval – primeiros resultados. In *1.º Encontro de Arqueologia Transmontano – Espaços Arqueológicos em Trás-os-Montes*. Mirandela: Câmara Municipal de Mirandela e Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Mirandela. Comunicação apresentada.
- COSTA, A. de J. da (1959) – *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*. Coimbra: Universidade de Coimbra. 2 vols.
- DIAS, L. F. de C. (1961a) – *Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve conforme o exemplar do Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa – Beira*. Edição do Autor. Beja: [Comp. Imp. Tipografia da Sociedade Editora Ala Esquerda, Lda].
- ____ (1961b) – *Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve conforme o exemplar do Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa – Trás-os-Montes*. Edição do Autor. Beja: [Comp. Imp. Tipografia da Sociedade Editora Ala Esquerda, Lda].
- ____ (1962) – *Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve conforme o exemplar do Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa – Estremadura*. Edição do Autor. Beja: [Comp. Imp. Tipografia da Sociedade Editora Ala Esquerda, Lda.], 1962.
- ____ (1965) – *Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve conforme o exemplar do Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa – Entre Tejo e Odiana*. Edição do Autor. Beja: [Comp. Imp. Tipografia do “Jornal do Fundão”].
- ____ (1969) – *Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve conforme o exemplar do Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa – Entre Douro e Minho*. Edição do Autor. Beja: [Comp. Imp. Tipografia do “Jornal do Fundão”].
- DUARTE, L. M. (1997) – O Vale do Douro da ocupação tardo-romana aos forais manuelinos: as nossas interrogações. In *Douro Estudos & Documentos*. Porto: GEHVID/FLUP. Ano 2, vol. 3. 29-44.
- ERVEDOSA, C. M. N. (1991) – *Carta Arqueológica do Concelho de Vila Real*. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Direcção Geral da Qualidade do Ambiente.
- FERNANDES, A. de A. (1997) – *Paróquias Suevas e Dioceses Visigóticas*. Arouca: Associação para a defesa da cultura arouquense e Câmara Municipal de Arouca.
- GASPAR, J. (1969) – A morfologia urbana de padrão geométrico na Idade Média. *Finisterra*. 4:8.
- GOMES, P.J.A.D. (1993a) – *Arqueologia das Vilas Urbanas de Trás-os-Montes e do Alto Douro. A reorganização do povoamento e dos territórios na Baixa Idade Média (séculos XII-XV)*. Porto: FLUP. Dissertação de Mestrado em Arqueologia.
- ____ (1993b) – O Povoamento Medieval em Trás-os-Montes e no Alto-Douro. Primeiras Impressões e Hipóteses de Trabalho. *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento. vol. 2. 171-190.
- LEMOS, F.S. (2004) – Rede viária do *conventus* de *Bracara Augusta*: a via secundária entre o vale do Douro (Peso da Régua) e *Aquae Flaviae*. In AULIARD, C.; BODIOLU, L., dir. – *Au Jardin des Hespérides: Histoire, Société et Épigraphie des Mondes Anciens. Mélanges offerts à Alain Tranoy*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes (Histoire). p. 407-419.

- MARQUES, J. (1983) – O povoamento das aldeias transmontanas de Gache, Justes, Torre e Soudel, no século XIII. *Revista Estudos Transmontano*. Vila Real: Arquivo Distrital de Vila Real. vol. 1. 105-130.
- MARTINS, M.; LEMOS, F.S.; PÉREZ LOSADA, F. (2005) – O povoamento romano no território dos galaicos bracarenses. In FERNÁNDEZ OCHOA, C.; GARCÍA DÍAZ, P. (ed. cient.) – *Unidad y diversidad en el Arco Atlántico en época romana*. Gijón: BAR Internacional Series 1371. p. 279-296.
- MAURICIO, M.F. (1997) – *Entre o Douro e Tâmega e as Inquirições Afonsinas e Dionisinas*. Lisboa: Edições Colibri.
- MONTEIRO, J.G. (1999) – *Os castelos portugueses dos finais da Idade Média: presença, perfil, conservação, vigilância e comando*. Lisboa: Edições Colibri. p. 135 e 229.
- NETO, J.M. (1975) – *O Leste do Território Bracarense*. [Torres Vedras]: [A União, Lda.].
- PLÁCIDO, M.A. (1986) – *Torre de Quintela*. Vila Real: Ed. Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Vila Real e Instituto Português do Património Cultural, Série Memórias do Tempo, n.º 1.
- REIS, A.M. (1991) – *Origens dos municípios portugueses*. Lisboa: Livros Horizonte.
- RODRIGUES, M.A.; LEBRE, A.G. (2003) – Cerâmicas Medievais da Vila Velha (Vila Real). In *Actas das 3^{as} Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. p. 151-159.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A.R. (1987) – *Aquae Faviae*. Chaves: Câmara Municipal de Chaves.
- SANTANA, O. (1993) – *Os Forais de Vila Real*. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. 2 vol. Trabalho de Síntese para as Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica.
- ____ (1995) – *Foral Manuelino de Vila Real: introdução, transcrição e notas*. Vila Real: Câmara Municipal de Vila Real, Governo Civil do Distrito de Vila Real, Região de Turismo da Serra do Marão e Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- ____ (1999) – *Liuro dos Forais Noutos da Comarca de Trallos Montes. Introdução, edição diplomática e notas*. Mirandela: João Azevedo Editor.
- SILVA, A.C.F. da; GOMES, M.V. (1992) – *Proto-História de Portugal*. Lisboa: Universidade Aberta.
- SOUSA, F. de (1976) – *Subsídios para a História Social do Arcebispado de Braga: a Comarca de Vila Real nos fins do séc. XVIII*. Braga: [s.n.].
- SOUSA, F. de; GONÇALVES, S. (1977) – Vila Real no século XVIII. *Estudos Transmontanos e Durienses*. Vila Real: Arquivo Distrital de Vila Real, n.º 7. 9-43.
- ____ (1987) – *Memórias de Vila Real*. Vila Real: Arquivo Distrital de Vila Real, Câmara Municipal de Vila Real. 2 vols.
- TEIXEIRA, R. (1998) – Elementos para o estudo da ocupação romana no Alto Douro: bacia hidrográfica dos rios Varosa e Balsemão. *Douro – Estudos e Documentos*. Porto: Instituto do Vinho do Porto, Universidade do Porto, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. n.º 5. 11-28.
- ____ (2001) – *Plano de Pormenor da Vila – Velha – Programa de Intervenção e Valorização Arqueológica*. Vila Real: Sociedade Pólis Vila Real.
- ____ (2002) – Castelos e organização dos territórios nas duas margens do curso médio do Douro (Séculos IX-XIV). In *Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos – Mil anos de Fortificações na Península ibérica e no Magreb (500-1500)*. Palmela: Edições Colibri e Câmara Municipal de Palmela. p. 463-476.
- ____ (2008) – Povoamento e organização do território nas regiões de Chaves, Vila real e Lamego (séculos IX-XIV). In *III Congresso de Arqueologia Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior, Actas. 04 – Da Idade Média à Contemporaneidade – ambientes e musealização*. Figueira de Castelo Rodrigo: Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão. p. 49-63.
- TORRES, C. (1977) – *Galicía Sueva*. Galicia: Instituto “P. Sarmiento” de Estudos Galegos, Fundacion “Pedro Barrie de la Maza Conde de Fenosa”.